

Agir comunicativo, competência comunicativa e ações de informação

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
clovismlima@gmail.com

Helen Fischer Günther
helen.fg@gmail.com

Mariangela Rebelo Maia
mariangela.saude@gmail.com

Recebido em: 29/01/2024

Aceito em: 03/04/2024

Resumo

Neste artigo discute-se a relação entre agir comunicativo, nos termos da teoria do agir comunicativo, e as ações de informação, nos termos dos estudos de González de Gómez. Essa discussão passa pelo conceito de competência comunicativa, tal qual desenvolvido por Habermas, pela discussão crítica das abordagens cognitivistas, construtivistas e pragmáticas da informação. Habermas em sua guinada linguística busca entender a socialização, a formação de grupos sociais e a construção da sociedade a partir das interações mediadas pela linguagem. O agir comunicativo tem a função de criar vínculos sociais. Habermas desenvolve o conceito de competência comunicativa, como algo maior do que a capacidade linguística de se expressar e de representar as coisas e o mundo da vida. A competência comunicativa está relacionada também a função da linguagem para socialização e integração social, relacionada a intersubjetividade entre ego e alter. A informação é significação compartilhada, construção de acordos de representação das coisas e do mundo da vida e parte do agir comunicativo. Pode-se pensar a ação de informação no quadro da competência comunicativa como parte do agir comunicativo, construção de acordos de representação e compartilhamento de significado. Conclui-se que a ação de informação é intersubjetiva e não pode se reduzir a objetivação do outro, seja como emissores e receptores, seja como usuário.

Palavras-chave: agir comunicativo; competência comunicativa; ações de informação.

Communicative action, communicative competence, and information actions

Abstract

This article discusses the relationship between communicative action, in terms of the theory of communicative action, and information actions, in terms of González de Gómez's studies. This discussion includes the concept of communicative competence, developed by Habermas, and a critical discussion

of cognitivist, constructivist, and pragmatic approaches to information. In his linguistic turn, Habermas seeks to understand socialization, the formation of social groups, and the construction of society based on interactions mediated by language. Communicative action has the function of creating social bonds. Habermas develops the concept of communicative competence as something greater than the linguistic ability to express oneself and represent things and the world of life. Communicative competence is also related to the function of language for socialization and social integration, related to intersubjectivity between ego and alter. Information is shared meaning, the construction of agreements to represent things and the world of life, and part of communicative action. Information action can be thought of within the framework of communicative competence as part of communicative action, the construction of representation agreements, and the sharing of meaning. In conclusion, information action is intersubjective and cannot be reduced to objectification of the other, either as transmitters and receivers or as users..

Keywords: communicative action; communicative competence; information actions.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo discute-se a relação entre agir comunicativo e as ações de informação, trazendo os termos da teoria do agir comunicativo e os termos dos estudos realizados por González de Gómez. Essa discussão passa pelo conceito de competência comunicativa, tal qual desenvolvido por Habermas, pela discussão crítica das abordagens cognitivistas, construtivistas e pragmáticas da informação.

A teoria do agir comunicativo busca deslocar a linguagem para o centro da compreensão das interações entre as pessoas. Nela a linguagem tem mais do que funções expressivas e de representação das coisas. A linguagem tem também, e principalmente, a função de criar vínculos. Após sua guinada linguística, Habermas busca entender a socialização, a formação de grupos sociais e a construção da sociedade a partir das interações mediadas pela linguagem. Sendo assim, o agir comunicativo tem a função de criar vínculos sociais, estabelecendo laços relacionais entre as pessoas.

O discurso é uma ação comunicativa, constituindo uma forma especial da mesma. O discurso é a opção que os sujeitos lançam mão quando suas falas estão em conflitos e querem resgatar o entendimento. O discurso proporciona acordos teóricos e práticos. A noção de diálogo difere do discurso, conforme se observa nos trabalhos de Hermann. O diálogo emerge da tradição da dialética iluminista no sentido do esclarecimento. No diálogo há uma objetivação do outro. Uma pessoa esclarece a outra em uma relação assimétrica.

A competência comunicativa é mais do que uma competência linguística de expressar e representar. Ela inclui a competência de criação de vínculo, de compartilhamento de significados, de descentração e da capacidade abstrata de se colocar no lugar do outro.

O conceito de informação pode se adequar aos conceitos de agir comunicativo e de competência comunicativa. Assim a informação não é mera cognição individual sobre coisas e fatos. A informação é o acordo entre sujeitos sobre coisas e fatos, acordo não apenas de sentido, mas também de validade.

Cabe observar que após a chamada guinada pragmática dentro da guinada linguística Habermas afirma que não basta que os sujeitos se entendam sobre algo no mundo. É necessário que este entendimento tenha correspondência com as coisas e os fatos.

A noção de ações de informação busca vincular o agir comunicativo e a informação numa abordagem pragmática, que podem firmar acordos de representação e de compartilhamento de significado.

O que se quer aqui é a relação entre estas noções, conceitos e teorias. A ação de informação no quadro de referências da teoria do agir comunicativa não pode ser apenas o agir

de um sujeito que pensa, fala e faz. A ação de informação deve incluir o outro em relação simétrica. Não há objetivação do outro, e sim intersubjetivação.

2 COMPETÊNCIAS DA LINGUAGEM

As relações sociais se constroem a partir de ações interativas mediadas pela linguagem. Portanto, a linguagem garante a intersubjetividade, possibilitando o entendimento nas relações sociais. Habermas em sua guinada linguística busca entender a socialização, a formação de grupos sociais e a construção da sociedade a partir das interações mediadas por atos de fala. O agir comunicativo tem a função de criar vínculos sociais.

Figueiredo e Figueiredo (2003) definem quatro tipos de competências da linguagem:

- 1) Competência Comunicativa;
- 2) Competência Linguística;
- 3) Competência Metalinguística; e,
- 4) Competência Textual-discursiva.

A competência comunicativa “[...] é a capacidade do falante nativo em produzir e compreender frases adequadas ao contexto, comunicando-se eficazmente, de acordo com as várias situações culturais e sociais”. É o conjunto de habilidades que os falantes de uma língua possuem e que lhe permitem se comunicar adequadamente, adaptando as variações da língua de acordo com situação local em que o sujeito se encontra, considerando seu interlocutor. Está relacionada ao uso da linguagem em adequação aos contextos culturais de uso.

Competência linguística “[...] é o conhecimento interiorizado que o falante possui da sua língua. É este conhecimento formado por uma gramática e um léxico que permite ao falante compreender e construir indefinidas frases gramaticais”. É o conjunto de habilidades que permitem ao sujeito utilizar as diferentes estruturas da língua e suas respectivas funções. Compreendida como gramática interna utilizada para se comunicar.

Competência metalinguística é a “capacidade do locutor, por meio da língua, refletir sobre a própria língua, consciencializando-se para os seus valores e funções”. É o conjunto de habilidades que permitem ao sujeito relacionar sobre seu próprio uso que faz da língua, ou seja, a forma como a pessoa emprega ou vê como empregam os recursos linguísticos. A competência textual-discursiva é a capacidade do locutor nativo em “construir textos/discursos bem formados em termos tipológicos, com coerência e coesão, de forma a que o ouvinte/leitor capte a intencionalidade comunicativa e a força ilocutória que estiveram na sua base de produção”. É o conjunto de habilidades que permite ao sujeito compreender, interpretar e produzir textos de acordo com as exigências do contexto, utilizando recursos apropriados de coesão e coerência.

Para a linguística, a competência comunicativa só se efetiva diante das outras três competências (a competência linguística, a competência metalinguística e a competência textual-discursiva).

Habermas (1997) em sua Teoria do Agir Comunicativo considera que as pessoas são capazes de ação, utilizando a linguagem para a comunicação com seus pares, buscando chegar a um entendimento:

Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa (Habermas, 1997; p.418).

A linguagem é o elo de ligação entre as pessoas, através dela os sujeitos se comunicam e expõem seus argumentos, garantindo uma “democratização” de decisões coletivas. Para isso,

deve haver uma ética na reconstrução de um espaço aberto, crítico e pluralista.

Em Verdade e Justificação (2004) Habermas se apropria da concepção de Humboldt que distingue três funções da linguagem: a função cognitiva “de formar pensamentos e representar fatos”; a função expressiva “de exprimir sentimentos e suscitar sensações”; e, a função comunicativa “de comunicar algo, levantar objeções e produzir acordos” (Habermas, 2004, p. 65).

Jürgen Habermas desenvolve o conceito de competência comunicativa, como algo maior do que a capacidade linguística de se expressar e de representar as coisas e o mundo da vida. A competência comunicativa está relacionada à função da linguagem para socialização e integração social, construindo acordos intersubjetivos em torno do melhor argumento. Esse agir orientado para o entendimento mútuo especifica condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais Alter pode anexar suas ações às do Ego.

O desenvolvimento da noção de competência discursiva envolve a capacidade de argumentar racionalmente (saber), de reconhecer o outro e os seus argumentos e de fazer acordos em torno do melhor argumento. Além disso, inclui a capacidade de universalizar o processo argumentativo, relacionando-se com o desenvolvimento moral de indivíduos, grupos sociais e sociedade (Lima; Günther; Maia, 2019).

3 DIÁLOGO E DISCURSO

A capacidade de se expressar e de representar coisas e o mundo da vida está relacionada à competência de entender e se fazer entender, não apenas pelo compartilhamento de significado, mas especialmente pela competência de construir acordos e de orientar o agir. Dentre os diferentes modos de ação comunicativa, nos apropriaremos da distinção entre diálogo e discurso feita por Hermann (2012) com base na teoria do agir comunicativo de Habermas, “diálogo provém do grego *dia-logos*, que significa por meio da conversa, ou seja, uma conversa recíproca entre duas ou mais pessoas. A unidade da conversa se efetiva pelo tema e pela situação produzida”. O diálogo possui uma condição especial de “dar voz ao estranho” (Hermann, 2012).

Já o discurso vai além do encontro pessoal e se dá na esfera pública, ou seja, o discurso busca entendimento pela discussão pública. “Diferentemente do diálogo, o discurso provém do termo latino *discurs*, que significa correr separados (*Auseinanderlaufen*), correr para cá e para lá, dispersar-se. Constitui-se numa situação de conversa em que as contribuições de um e de outro estão relacionadas e orientadas ao entendimento” (Hermann, 2012). É no discurso que os participantes terão a oportunidade de argumentação em busca de um entendimento. “Mas o discurso apresenta também a possibilidade dos participantes dizerem sim ou não às justificações apresentadas, motivadas pelo convencimento racional, uma liberdade comunicativa que tem acentuado caráter formativo” (Hermann, 2012).

Para Hermann (2012) nos diferentes modos de ação do agir comunicativo “[...] seja como diálogo ou discurso, a questão do outro assume relevância na constituição da estrutura da autoconsciência e na possibilidade de despertar nossa sensibilidade moral, elementos decisivos na formação humana”. Dependendo da alteridade que a autoconsciência constitui, tanto no diálogo como no discurso, ela “não é fruto de uma subjetividade isolada”.

O diálogo também assume uma transformadora em Paulo Freire (1987), em Pedagogia do Oprimido, sendo abordado por meio de dois aspectos diferentes: aspectos relacionados com as condições de existência do diálogo e aspectos ligados a elementos que são decorrentes do diálogo.

Para que ocorra o diálogo alguns elementos são fundamentais como amor, fé, confiança, humildade, esperança e criticidade (pensamento crítico). Todos esses elementos relacionam-se entre si e promovem a transformação individual e do mundo, por meio de ação conjunta das pessoas (Galli; Braga, 2017). Além disso, a práxis e a pronúncia são elementos não constitutivos do diálogo, mas aparecem na sua ocorrência, refletindo diretamente o aspecto da

ação e da reflexão (Freire, 1987).

Paulo Freire afirma que o diálogo permite que educadores e educandos, juntos, construam e reconstruam conhecimento:

[...] enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também se educa. Ambos, assim, tornam-se sujeitos do processo, em que crescem juntos e em que os argumentos de autoridade já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (Freire, 1987; p.68).

Assim, a educação problematizadora idealizada por Freire estimula o diálogo fundamentado no pensamento crítico, na intercolaboração dialógica, numa visão conciliadora de homem/mundo. A educação, nesta perspectiva, assemelha-se à visão habermasiana que rejeita o homem solitário e abstrato, não reflexivo, sem pensamento crítico e emancipatório. E solidifica a proposta educacional que “se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeira dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora” (Freire, 1987; p.72).

Na Teoria da Ação comunicativa de Habermas propõe como base “a compreensão dialógica (relação entre ao menos dois sujeitos capazes de falar e de agir) e um modelo de interação social (agir comunicativo)” (Medeiros; Noronha, 2012). Em suas teorias, tanto Paulo Freire (Ação Dialógica) quanto Jürgen Habermas (Ação Comunicativa) incentivam um processo reflexivo dialógico, fazendo com que os sujeitos de uma sociedade democrática sejam participantes de um processo comunicativo, sujeitos de uma práxis transformadora e não sejam meros espectadores da sociedade.

No contexto da discussão da competência comunicativa deve se pensar em um conceito de informação que vá além da cognição egocêntrica, da regulação funcional e da utilidade. A informação é significação compartilhada, construção de acordos de representação das coisas e do mundo da vida e parte do agir comunicativo. A informação não tem apenas um sentido instrumental, mas também um potencial reflexivo e crítico.

Uma das contribuições importantes da linguística para a discussão do conceito de informação é a noção de que as interações mediadas pela linguagem são construtoras de vínculos, formadoras de grupo, integradoras de sujeitos, socializadoras.

Nessa dinâmica linguística a informação compartilha semântica e sentido, cria identidade e distinção, classifica e organiza os conhecimentos, demarca verdade.

4 COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Uma das principais dicotomias instauradas pelo linguista e filósofo suíço Ferdinand Saussure para definir o objeto da linguística foi a distinção entre *langue* e *parole*. “A *parole* era a visão da língua no plano das realizações individuais de caráter não social e de difícil estudo sistemático por sua dispersão e variação”, já a *langue* “era a visão da língua no plano social, convencional e do sistema autônomo” (Marcuschi, 2008, p. 31).

De forma semelhante procedeu o linguista, sociólogo e filósofo Noam Chomsky ao distinguir competência e desempenho. Para ele, a competência estaria no “plano universal, ideal e próprio da espécie humana (inato)” e desempenho encontra-se no “plano individual, particularístico e exteriorizado, não sendo este de interesse para os estudos científicos da língua” (Marcuschi, 2008, p. 32).

Na organização discursiva a dimensão da palavra ou da frase perde força em relação ao texto em si, ou seja, o objeto da semiótica é o texto e não a palavra ou frase. Por isso, é necessário examinar mecanismos e procedimentos do plano de conteúdo de um texto, que podem ter três (3) percursos gerativos: o fundamental (onde a significação se apresenta como uma oposição semântica), a narrativa (organizada do ponto de vista de um sujeito) e discursiva

(a organização narrativa se torna discurso, por procedimentos de temporalização, espacialização, actorialização, tematização e figurativização).

“A narrativa de um texto é a história de um sujeito em busca de valores. Para que o sujeito tenha acesso aos valores, são eles inseridos nos objetos. Os objetos com seus valores circulam entre sujeitos” (Barros, 2005). Portanto, a narrativa se desenvolve como a história de dois sujeitos que desejam os mesmos valores, o percurso utilizado interfere em ambos. E na linguística, esses percursos podem ser de manipulação (quando um destinador propõe um contrato a um destinatário e procura persuadi-lo com diferentes estratégias, cabe ao destinatário aceitar ou não), de ação (o sujeito destinatário que aceitou o contrato proposto, realiza a ação acordada agindo sobre os objetos e seus valores) e de sanção (o sujeito da ação tenta convencer o destinador que ele merece uma sanção ou julgamento positivo por executar a ação). No discurso, a organização narrativa é temporalizada, espacializada e actorializada; tornando-se a última etapa da construção de sentidos no percurso gerativo da significação.

A enunciação humana é sempre um ato social, produto da interação social entre as pessoas. A interação na linguagem possibilita o estudo não só do funcionamento da linguagem, mas também da própria subjetividade. “Sem tu, sem o outro, não se teria a noção do eu” (Marcuschi, 2008, p. 20).

A linguagem e a natureza comunicativa estão “em todas as esferas do agir e do fazer, em todas as esferas das relações de poder” (González de Gómez, 2003a). O fluxo estrutural do processo de produção e transferência de informação em determinado espaço social é considerado como “regime de informação”:

[...] seria o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. Um “regime de informação” se desdobra, logo, em um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Um regime de informação se reconhece por suas linhas de força dominantes; gera formas próprias de autoridade [...] (González de Gómez, 2003a, p. 2).

González de Gómez desenvolve o conceito de ações de informação dentro dos seus estudos filosóficos da informação. Considerando a “medida que informação for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem” (2003b, p. 2). O seu esforço caminha no sentido de vincular o agir e a informação em uma abordagem pragmática. As condições de possibilidade e de realização das ações de informação abrangem “condições, regras e recursos de locação, transmissão, inscrição, decodificação, circunscritas pelas disponibilidades de materiais e infraestruturais em que se inscrevem a ação” (González de Gómez, 2003b, p. 2).

As ações de informação para Freire (2004, p. 5) são subsidiadas por tecnologias intelectuais (no seu substrato mimeomórfico), competências em informação (no seu estrato polimórfico) e responsabilidade social (no seu substrato regulatório).

González de Gómez (2003b) analisa as ações de informação como um conjunto de estratos heterogêneos e articulados, conforme demonstrado no Quadro 1, afirmando que:

[...] essa ação de informação ou complexo de componentes acionais: a) do ponto de vista semântico-pragmático, se constitui conforme regras ou usos, a maior parte das vezes implícitos e habituais nas comunidades de sua geração e transmissão; b) do ponto de vista de sua estruturação metainformacional, responde a normas organizacionais, padrões e contratos – que em geral formalizam alianças e convenções – e c) do ponto de vista das infra-estruturas, atende a princípios estruturadores que resultam ora de normas técnicas condicionalmente obrigatórias. Daí que tanto problemas quanto propostas de transformação de um domínio de ações de informação, terão que ser situados em seu justo estrato de ocorrência e princípios de constituição. Problemas de interação entre sistemas, por exemplo, podem resolver-se muitas vezes no estrato dos padrões e contratos, não necessariamente por modelagens alternativas ou no plano das normas técnicas (González de Gómez, 2003b, p. 34).

Quadro 1 -Os estratos das ações de informação

Estratos Informacionais	Formas de ação/operação	Normas
Informação (semântico-pragmática)	Estrato polimórfico. Definido nos mundos de vida, em todos os setores de atividade: da educação, das artes, das ciências, da produção, dos mercados.	Ações narrativas. Ontologias, classificações, regras/usos.
Estruturas de meta-informação	Estrato regulatório. Definidas nos espaços institucionais e regulatórios do Estado, da Administração Pública, do campo científico, da educação formal.	Ações regulatórias, de controle e monitoramento. Leis, patentes, contratos, padrões.
Infraestruturas de informação Objetos de informação	Estrato mimeomórfico. Definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos.	Ações tecnoeconômicas. Normas técnicas, modelos.

Fonte: González de Gómez (2003b)

As ações polimórficas só podem ser compreendidas por quem participa de determinada cultura ou forma de vida. As ações regulatórias têm seu significado fixado por condições institucionais e relações socioculturais entre os sujeitos. As ações mimeomórficas são aquelas reproduzidas tanto por um observador externo quanto por quem conhece a ação, pois estas ações podem ser aprendidas por um treinamento, por exemplo.

As práticas e atividades sociais de informação são combinações híbridas de ações polimórficas e mimeomórficas. Sendo assim, “sistemas, redes e artefatos de informação resultam da busca de um modo de equacionar as condições da base tecnológica, que reúne componentes operacionais e componentes comportamentais mimeomórficos” (González de Gómez, 2003b), conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Assimetria e encaixes dos estratos da informação

Ações de Informação	Atores	Atividades
Ação de Mediação	Sujeitos Sociais Funcionais (<i>práxis</i>)	Atividades Sociais Múltiplas
Ação Formativa ou Finalista	Sujeitos Sociais Experimentadores (<i>poiesis</i>)	Atividades Heurísticas e de Inovação
Ação Relacional Inter- Meta- Pós-mediática	Sujeitos Sociais Articuladores e Reflexivos (<i>legein</i>)	Atividades Sociais de Monitoramento, Controle e Coordenação

Fonte: González de Gómez (2003b)

As ações de informação podem ser manifestadas em 3 (três) modalidades, conforme o contexto de sua constituição (Quadro 3):

- Ação de informação de mediação = “quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de outra ação”;
- Ação de informação formativa = “aquela que é orientada à informação não como meio, mas como sua finalização”; e,
- Ação de Informação relacional = “quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que - ainda quando de autonomia relativa - dela obtém a direção e fins” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b).


Quadro 3 - Modalidades e sujeitos da ação de informação

Ações de Informação	Atores	Atividades	Para
Ação de Mediação	Sujeitos Sociais Funcionais (<i>Práxis</i>)	Atividades Sociais Múltiplas	Transformar o mundo social ou natural
Ação Formativa ou Finalista	Sujeitos Sociais Experimentadores (<i>Poiesis</i>)	Atividades Heurísticas e de Inovação	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Ação Relacional Inter- Meta- Pós-mediática	Sujeitos Sociais Articuladores e Reflexivos (<i>Legein</i>)	Atividades Sociais de Monitoramento, Controle e Coordenação	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo

Fonte: González de Gómez (2003b)

Com o intuito de mostrar como o ser humano “combina ao mesmo tempo autonomia e condicionamentos sociais e materiais, em seus modos de processar e intervir em seu ambiente semiótico”, González De Gómez (2003b) demonstra no Quadro 4 a teleologia das ações de informações:

Quadro 4 - Teleologia das ações de informações

Estratos informacionais	Formas de ação/operação	Normas
Informação (semântico-pragmática)	Diferenciais semânticos e pragmáticos dos atores sociais e gnoseológicos.	Ações polimórficas
	Ontologias, classificações, regras	
Estruturas de meta-informação	Enquadramento e Regulamentação; Funções e metas organizacionais.	
	Contratos, Padrões	
Infraestruturas de informação Objetos de informação	Operações genéricas; interoperabilidade; transportabilidade e comutatividade digital de todas as mensagens. Normas técnicas, modelos	Ações mimeomórficas

Fonte: González de Gómez (2003b)

González de Gómez (2003b, p. 38) afirma que:

Definidas por seu papel relacional num domínio de redes narrativas, sociais, técnicas e institucionais, a informação e a ação de informação só podem identificar-se e definir-se em uma cadeia de relações que tem sua especificidade no contexto social de sua constituição. Sua ancoragem nesse contexto dependerá, porém, das figuras de intersubjetividade que traçam os implicados nessa ação, e a partir das quais existe ou não um valor prático e factual nos elos que a informação estabelece entre os sujeitos e os “estados de coisas” do mundo.

Pode-se pensar a ação de informação no quadro da competência comunicativa como parte do agir comunicativo, construção de acordos de representação e compartilhamento de significado. Isto requer pensar a ação de informação para além do estratégico, funcional ou instrumental, em uma dimensão intersubjetiva, discursiva. Neste contexto, considera-se o diálogo como uma ação estratégica. A ação de informação só é comunicativa se acontece de modo simétrico entre o eu e o outro.

A competência para ações de informação é uma competência comunicativa, algumas vezes discursiva, e não uma competência para a informação, seja ela de organização, de mediação ou de recuperação. Cabe ressaltar, sem maiores reflexões no momento, que a competência comunicativa se distingue da competência informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas traz grandes desafios para a Ciência da informação, particularmente no que se refere ao deslocamento da subjetivação da Filosofia da consciência para a intersubjetivação na Filosofia da linguagem.

Este deslocamento nos obriga mesmo a repensar o próprio conceito de informação, que tem sido trabalhado dentro da perspectiva da cognição de um ego. A filosofia da linguagem de Habermas nos proporciona a inclusão do outro, do alternativo, abrindo a perspectiva de construção numa intersubjetivação.

A Teoria do agir comunicativo busca entender sociedade, socialização, formação de grupos sociais e criação de vínculos sociais a partir das interações mediadas da linguagem. A linguagem tem a tripla função de expressar, representar e criar vínculos sociais.

A competência comunicativa é a soma da competência linguística, de expressar e representar coisas e fatos, com a competência de intersubjetivação, de criar vínculos. A competência comunicativa inclui a capacidade de escutar outros pontos de vista, de se colocar no lugar do alter, de argumentar e de construir acordos em torno do melhor argumento.

Neste contexto há que pensar as implicações para o conceito de informação e das ações de informação. A informação não é mera cognição do sujeito sobre coisas e fatos, a ser comunicada ou não para o outro. A informação é construída na interação entre sujeitos, como expressão do ego e compartilhamento de significado com o outro. A informação emerge nas interações e na criação de vínculos sociais.

Assim, as ações de informação fazem parte das interações entre sujeitos e não devem ser reduzidas as ações que um sujeito pode executar a partir de uma cognição solitária. A ação de informação é em primeiro lugar a disposição dos sujeitos para a interação mediada pela linguagem.

A ação de informação é aquela que sujeitos executam quando querem construir e compartilhar representação e significados sobre coisas e fatos. Por fim, ação de informação faz parte das ações que os sujeitos executam para criar vínculos entre si, quando se entendem e se põem de acordo sobre coisas e fatos no mundo da vida.

Espera-se que a discussão das implicações da Filosofia da linguagem e da Teoria do agir comunicativo se amplie e intensifique na Ciência da informação, pois elas podem contribuir para deduções e abordagens inovadoras. Estes novos conceitos e teorias podem facilitar a solução de problemas e a construção de acordos teóricos e práticos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. *In*: FIORIN, J. L. (Og.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CANALE, M. De la competencia comunicativa a la pedagogía comunicativa del lenguaje. *In*: Llobera, M. et al. **Competencia comunicativa**. Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa, 1995.
- FIGUEIREDO, Olívia Maria; FIGUEIREDO, Eunice Barbieri. **Dicionário prático para o estudo do português: da língua aos discursos – 2. ed.** - Porto: Asa, 2003. 447p.
- FREIRE, Isa Maria. Refletindo sobre ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - Lti. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 78-96, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2684>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- GALLI, Ernesto Ferreira; BRAGA, Fabiana Marini. O diálogo em Paulo Freire: concepções e avanços para transformação social. **Questio**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 161-180, abr. 2017.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003b.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERMANN, Nadja. O outro na intersubjetividade. *In: Discursos habermasianos*. Organizado por Clóvis Ricardo Montenegro de Lima e Maria Nélida Gonzalez de Gómez. Rio de Janeiro: IBICT, p. 436-448, 2012.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; GÜNTHER, Helen Fischer; MAIA, Mariangela Rebelo. Competência discursiva: um caso especial de competência comunicativa. **Logeion**: filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 46-56, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 298p.

MEDEIROS, A. M.; NORONHA, N. M. Ação comunicativa e ação dialógica: diálogos entre Jürgen Habermas e Paulo Freire no âmbito da “esfera pública”. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 2., 2015. **Anais...** Campina Grande: CONEDU, 2015, v. 2. p. 1-12.